

TRABALHO ESCRAVO E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA



Instituto
Trabalho
DECENTE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Trabalho escravo e desmatamento na Amazônia [livro eletrônico] / [Patrícia Lacerda Trindade de Lima]. -- Salvador, BA : Instituto Trabalho Decente, 2024.
PDF

I SBN 978-65-980934-5-7

1. Amazônia - Aspectos sociais 2. Biodiversidade - Amazônia 3. Desmatamento - Amazônia 4. Recursos naturais - Amazônia 5. Trabalho escravo I. Lima, Patrícia Lacerda Trindade de.

25-250948

CDD-304.2709811

Índices para catálogo sistemático:

1. Amazônia : Biodiversidade : Aspectos socioambientais 304.2709811

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

A REGIÃO AMAZÔNICA



A riqueza da biodiversidade com recursos naturais abundantes e grandes dimensões são características da região amazônica do Brasil. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Amazônia é a maior floresta tropical do planeta, representando cerca de 40% das florestas tropicais. Além disso, contribui com 15% da água doce que chega aos oceanos, desempenhando um papel crucial no equilíbrio do clima global e na luta contra as mudanças climáticas.

Historicamente, a região viveu altos índices de crescimento populacional e formação de núcleos urbanos durante os intensos ciclos de exploração de bens naturais. As estratégias de política pública de expansão da fronteira e da política de povoamento e integração da região amazônica facilitaram a migração de trabalhadores.

As atividades econômicas envolvem alto impacto ao meio ambiente, a exemplo do ciclo da borracha, do extrativismo da castanha-do-pará, da expansão agropecuária e da exploração mineral - este último, seja por garimpos e/ou pela exploração em larga escala. Entretanto, é preciso registrar, igualmente, a existência de um número significativo de pequenos produtores e produtoras familiares e de extrativistas.

Atualmente, a região possui atividades de agricultura, pecuária, mineração, extração de madeira, carvoeira, entre outras, com um inegável impacto ambiental. E, a forma de exploração da natureza, além da existência de registros de muitas situações de desmatamento, também tem situação de exploração de trabalhadores e situações de condições análogas às da escravidão.

OS DESA FIOS

Um desafio histórico identificado na região amazônica é alinhar as atividades econômicas aos três pilares do desenvolvimento sustentável: o social, o econômico e o ambiental, com garantia de trabalho decente. E enfrentar esse desafio requer ações integradas, tanto aquelas relativas às políticas públicas como às pertinentes à responsabilidade social das empresas envolvidas.

O papel da população, em geral, na condição de consumidora do que é produzido nesse contexto, da mesma forma, precisa ser priorizado. Todas as pessoas e organizações precisam compreender seu papel a favor dos esforços coletivos na promoção da construção de uma estratégia de desenvolvimento na Amazônia, a qual assegure a preservação do meio ambiente, o respeito às populações locais e a garantia de direitos e proteção social para os trabalhadores e suas famílias.



TRABALHO ES CRA VO



De acordo com o artigo 149 do Código Penal, os elementos que caracterizam a redução de uma pessoa à condição de trabalho análoga à de escravo são: a submissão a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, a sujeição a condições degradantes de trabalho e a restrição de qualquer forma de locomoção do trabalhador, inclusive por dívidas impostas a ele. De acordo com a lei, o trabalho escravo, na atualidade, não é apenas a situação de privação da liberdade. A transformação do trabalhador em uma “coisa”, isto é, em um objeto a ser explorado, retirando a sua dignidade, conjuntamente, caracteriza o trabalho escravo.

A pobreza, a falta de acesso à terra, a baixa escolaridade dos trabalhadores, as poucas oportu-

nidades de trabalho decente, bem como a discriminação racial e de origem associada ao isolamento geográfico e acesso precário a órgãos e serviços públicos potencializam o contexto de risco de ocorrência de trabalho escravo.

Além do trabalho análogo ao de escravo, é preciso estar atento ao risco de crime de tráfico de pessoas na região amazônica, especialmente a aliciação de trabalhadores para atividades relacionadas à degradação ambiental, como a pecuária, a carvoaria, a exploração de madeira e garimpo, além do aliciamento de mulheres cisgênero, crianças e adolescentes para o trabalho doméstico e a exploração sexual, e de mulheres transgênero, frequentemente, identificadas na exploração sexual.

TRABALHO ESCRAVO E DESMATAMENTO NA REGIÃO AMAZÔNICA

O trabalho análogo ao de escravo se relaciona com os setores econômicos de maior relevância e os dados de desmatamento.

Nas fiscalizações de combate ao desmatamento, é possível encontrar trabalhadores em risco de submissão a trabalho análogo ao de escravo. As condições degradantes de trabalho e moradia e as relações de sujeição estabelecidas com os trabalhadores, com descumprimento da legislação trabalhista, são alguns sinais que podem ser identificados em uma ação de fiscalização ambiental, seja na visualização do alojamento e do local de trabalho, seja na escuta de trabalhadores identificados nessas atividades econômicas,

que incorrem em violações e/ou crimes ambientais.

A incidência de casos de trabalho escravo na região amazônica é registrada desde os primeiros casos de resgates no Brasil. E este crime pode estar presente na região, muito além do que informam os dados oficiais, considerando o número extremamente reduzido de auditores fiscais que atuam na Amazônia, de denúncias que chegam aos canais oficiais da fiscalização do trabalho, de fiscalizações, bem



como a complexidade para efetivar operações no contexto de vastidão da região. Por outro lado, durante as operações realizadas por fiscais ambientais, identifica-se um grande número de trabalhadores atuando em condições precárias e sem direitos trabalhistas.

As operações de inspeção de auditoria fiscal do trabalho, que resultaram em resgate de trabalhadores, acontecem em atividades econômicas, com potencial impacto no desmatamento da Floresta Amazônica, ou podem ter se desenvolvido em um contexto no qual o desmatamento já havia ocorrido.

O dado das áreas de maior con-

centração de desmatamento, quando cruzado com a informação sobre a localização das principais atividades econômicas, indica que há alguns setores preponderantes no contexto violação ambiental.

Quando se analisa em conjunto a informação de áreas de desmatamento por atividade econômica e os dados de resgate de trabalho escravo, sobretudo a localização das pessoas resgatadas e o setor em que estavam inseridas, é possível estabelecer que há uma relação entre os elementos que localizam o desmatamento por atividade econômica e os de resgate de trabalhadores em situação análoga a de trabalho escravo.



O QUE FA ZER

Temas como a falta de oportunidades equitativas, a necessidade de proteção social de trabalhadores vulneráveis e suas famílias, a alta concentração fundiária, os conflitos por terra e o desmatamento precisam ser abordados e enfrentados por meio de políticas públicas integradas para a construção de estratégias efetivas de desenvolvimento sustentável para a região amazônica.

De acordo com o PNUMA, entre os fatores-chave para proteger o bioma amazônico estão: a Bioeconomia, que adota modelos de produção e consumo sustentáveis, contribuindo para promover uma economia que valoriza o conhecimento tradicional e estimular a inovação científica; bem como a infraestrutura verde, a qual determina que é necessário desenvolver infraestrutura que melhore a qualidade de vida enquanto preserva a biodiversidade da floresta.

Qualquer projeto de desenvolvimento para a região amazônica

precisa alinhar a preocupação com preservação da floresta, a garantia de direitos para os trabalhadores e, ainda, a proteção dos povos indígenas e o respeito às populações ribeirinhas, que possuem relações culturais e históricas com o território e modos de vida aliados à preservação da natureza. Isso envolve, por exemplo, impulsionar o desenvolvimento de comunidades extrativistas de forma sustentável, apoiando as coletas de produtos do extrativismo no interior da floresta, realizadas por indígenas, quilombolas e assentados.



Fonte: Arquivo ITD.

O Instituto Trabalho Decente (ITD) desenvolve desde 2023 o Projeto Amazônia, voltado para apoiar a definição de estratégias de combate ao trabalho escravo em estreita relação com a agenda ambiental nos Estados do Pará e do Amazonas, em parceria com o Freedom Fund. As atividades do Projeto buscam colaborar para o fortalecimento de ações de combate ao trabalho escravo, associadas a atividades econômicas que impactam o desmatamento na Amazônia Legal, ampliando, dessa forma, a prevenção e a repressão ao trabalho escravo e a assistência das pessoas vítimas e das vulneráveis ao crime. Para

tanto, são desenvolvidas, entre outras, ações de conscientização sobre a inter-relação entre trabalho escravo e desmatamento, além de formação na temática de combate ao trabalho escravo de servidores públicos e de representantes da sociedade civil. Por meio do diálogo social, o Projeto promove, ainda, a mobilização e o engajamento de atores estratégicos, especialmente os da pauta ambiental e de fiscalização do trabalho, propiciando o cenário adequado para a criação de uma iniciativa coordenada para a prevenção do trabalho escravo nos setores econômicos relacionados ao desmatamento.





ISBN: 978-65-980934-5-7

CD



9 786598 093457



Instituto
**Trabalho
DECENTE**

Produção:
Instituto Trabalho Decente
www.institutotrabalhodecente.org.br

Referências:

Instituto Trabalho Decente. CARTOGRAFIA SOCIOTERRITORIAL: Uma análise das vulnerabilidades que configuram o trabalho escravo nos municípios paraenses de Marabá e São Felix de Xingu. Salvador, 2023.

PNUMA. Opinião: Situação urgente na Amazônia. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/-discurso/opinioao-situacao-urgente-na-amazonia>. Acesso em: 05 de novembro de 2024.

Texto: Patrícia Lacerda Trindade de Lima
Revisão linguística: Denise Dias
Projeto Gráfico: Jéssica de Paula

Esta publicação foi financiada com recursos do Freedom Fund. As opiniões, achados e conclusões aqui refletidos são dos autores e não necessariamente refletem as do Freedom Fund.